

Um panteão contrarrevolucionário: a importância da figura do inimigo no processo de construção da memória da Revolução Cubana

Giliard da Silva Prado
Docente do Curso de História da UFU
giliardprado@ufu.br

Poucos meses após o triunfo da Revolução Cubana, durante a cerimônia comemorativa do 26 de julho – data que aludia à primeira tentativa de derrubada do governo de Fulgencio Batista, levada a efeito seis anos antes, em 1953, pelos rebeldes cubanos –, Fidel Castro proferiu um longo discurso no qual sentenciou: “dime quiénes son tus enemigos e te diré quién eres”¹. Com essa adaptação do célebre adágio popular, o líder da Revolução demonstrava ter consciência da importância da figura do inimigo para a construção de uma memória e de uma identidade para a experiência revolucionária cubana. Revelava estar ciente de que toda identidade se constrói em oposição a uma alteridade e que, portanto, a identidade da Revolução não seria definida apenas em função dos “amigos”, ou seja, daqueles com os quais a Revolução “andava”, mas, fundamentalmente, em função daqueles que tentavam conter a sua marcha, o seu avanço.

Não tardou para que o discurso oficial da Revolução buscasse construir a identidade da nação e do povo cubano em contraste com a indispensável alteridade do país que, já no primeiro ano da experiência revolucionária, passou a ser referido como o principal inimigo da pátria cubana: os Estados Unidos. Qualquer que fosse o aspecto considerado – econômico, militar, político-ideológico, cultural, etc. –, os Estados Unidos passaram a figurar sempre como o “outro”, possuindo características que o distanciavam daquilo que estava sendo representado como a realidade cubana sob a Revolução.

A intensificação dos antagonismos entre os dois países esteve relacionada principalmente às ações dos Estados Unidos que tiveram como finalidade fazer fracassar a Revolução Cubana, com destaque para as medidas relativas ao embargo comercial, no plano econômico, e aos atos de sabotagem e à ameaça de um ataque direto, no plano militar. Se, por um lado, trouxeram problemas, por outro, essas medidas foram bastante úteis ao governo cubano, que se valeu delas, entre outros

aspectos, para justificar as fragilidades da economia cubana, bem como o processo de militarização do país, que tinha como um de seus desdobramentos o tratamento de guerra dado às questões da política. Neste sentido, mais do que os momentos precisos em que as ações foram praticadas pelos Estados Unidos, são justamente os períodos nos quais o governo revolucionário precisou recorrer às referidas justificativas que marcam a intensificação dos usos da figura do principal inimigo da pátria cubana.

Os anos iniciais da experiência revolucionária consistiram em um desses períodos nos quais o governo cubano fez amplo uso da figura do inimigo. Tratou-se de um momento em que tanto Cuba quanto os Estados Unidos adotaram medidas que atingiam os interesses econômicos do outro. O embargo comercial decretado pelos Estados Unidos, em outubro de 1960, e depois ampliado, em fevereiro de 1962, acarretou dificuldades para a economia cubana, mas, ao mesmo tempo, constituiu-se em um dos principais pilares das críticas ao inimigo que se empenhava para que fosse destruída a Revolução. Também entre 1960 e 1962 fez-se expressivo uso de outros aspectos que fundamentavam a construção do inimigo, ou seja, os atos de sabotagem, o apoio à invasão dissidente e a ameaça de um ataque direto por parte das forças militares estadunidenses. A propósito, este último aspecto foi um dos pretextos para a instalação de mísseis soviéticos em Cuba, resultando no episódio da crise dos mísseis. Nas negociações realizadas entre John Kennedy e Nikita Krushev, líderes das duas grandes potências que protagonizaram a referida crise, os Estados Unidos comprometeram-se a não invadir Cuba². Desde então, embora não houvesse garantias formais do cumprimento desse acordo, a ameaça de um ataque militar direto passou a ser muito mais retórica do que real.

Em virtude da importância da figura do inimigo para as estratégias de legitimação da Revolução, as relações conflituosas com os Estados Unidos estiveram sempre presentes no discurso do regime cubano: algumas vezes, as críticas fundamentavam-se em acontecimentos do presente imediato, outras vezes, recorria-se à evocação de acontecimentos do passado; ora eram enfatizadas as confrontações envolvendo apenas os dois países, ora priorizavam-se as críticas acerca da política externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Terceiro Mundo; ora as críticas limitavam-se às referências mais generalizantes ao “império”; ora, essas críticas ao inimigo materializavam-se nas figuras dos presidentes dos Estados Unidos, sobretudo

em relação àqueles que estabeleciam relações mais conflituosas com o governo revolucionário. Importantes para manter permanentemente as referências ao inimigo, essas variações discursivas empreendidas pelo governo cubano no foco das críticas aos Estados Unidos evidenciam que as tensões envolvendo os dois países não foram ininterruptas e nem tão intensas como o discurso oficial da Revolução, em virtude de sua intenção legitimadora, buscou fazer crer.

Diante da impossibilidade de abordar, nos limites deste texto, todas essas variações discursivas, o presente trabalho discutirá a gestão da imagem do inimigo da pátria cubana, centrando-se em apenas um dos aspectos mencionados, a saber: na personificação do inimigo nas figuras dos presidentes dos Estados Unidos cujas relações com o governo cubano foram mais conflituosas. Pretende-se, pois, discutir a importância da figura do inimigo no processo de construção da memória e da identidade da experiência revolucionária. Para tanto, serão analisadas as representações construídas acerca desses principais inimigos na obra *Rincón de los cretinos*, presente no Museu da Revolução Cubana, em Havana, bem como nos discursos proferidos pelos líderes da Revolução por ocasião das cerimônias comemorativas das principais efemérides revolucionárias no período compreendido entre 1959 e 2009.

Apesar de a relação de inimizade entre Cuba e Estados Unidos ter sido construída no fim do mandato de Dwight Eisenhower (1953-1961), quando foi decretado o embargo comercial e adotadas outras medidas contra a economia cubana, as primeiras críticas mais veementes a um presidente estadunidense foram dirigidas a John Kennedy (1961-1963), a quem, em razão dos atos de sabotagem atribuídos à CIA e do episódio da tentativa de invasão à Baía dos Porcos, Fidel Castro buscou associar à mesma linhagem política de Adolf Hitler e Benito Mussolini, recorrendo a um expediente que seria utilizado também com outros governantes dos Estados Unidos. De acordo com o líder cubano, John Kennedy queria impor um governo capitalista a Cuba e, para isso, valia-se de uma linguagem “fascista” e “nazista”, afinal “¿a quiénes se les ocurrían esas cosas antes que a Kennedy? A Hitler, a Mussolini. Hitler y Mussolini predicaban su derecho a establecer en los países vecinos el gobierno que ellos estimaran pertinente”³.

Outra característica marcante nos discursos de Fidel Castro em relação a alguns dos presidentes nos quais ele personificou a inimizade com os Estados Unidos

diz respeito à linguagem agressiva, pejorativa e, por vezes, sarcástica com que se referiu a esses líderes políticos. Neste sentido, também não poupou insultos ao presidente Lyndon Johnson (1963-1969), de cujo nome se utilizou para provocar risos no público presente a uma cerimônia comemorativa, por se tratar de “un Lyndon que, en realidad, no tiene nada de ‘lindo’”⁴. As críticas do líder cubano a Lyndon Johnson dirigiram-se principalmente à progressiva escalada que foi promovida por seu governo, entre 1964 e 1968, da participação das forças militares estadunidenses na Guerra do Vietnã. Na opinião de Fidel Castro, “la barbarie yanqui en Vietnam” colocava “al señor Johnson entre los más grandes criminales que ha conocido la humanidad”⁵.

Em relação a Cuba, esse agravamento do conflito no Vietnã contribuiu para diminuir o clima de tensão com os Estados Unidos no plano militar já na segunda metade da década de 1960. Tanto é assim que a partir do final dos anos 1960 e no decorrer de toda a década de 1970, mesmo não abandonando a retórica acerca da possibilidade de uma guerra do império contra Cuba, a ênfase com que antes se destacava a iminência de um ataque dos Estados Unidos decaiu significativamente e as referências a essa ameaça de agressão tornaram-se pouco expressivas no discurso do governo revolucionário durante esse período, passando a ser feitas, na maioria das vezes, de modo retrospectivo.

A diminuição das tensões não significou, porém, o fim dos antagonismos. Tampouco deixaram de existir elementos nos quais o governo revolucionário podia apoiar-se para fazer a gestão da imagem do inimigo da pátria cubana. Não foram amistosas, por exemplo, as relações mantidas com o governo de Richard Nixon (1969-1974), contra o qual pesava o fato de ter sido um dos gestores da invasão à Baía dos Porcos, bem como a acusação de ter ordenado à CIA, no início de seu mandato presidencial, uma intensificação de atos de sabotagem contra Cuba. Além desse breve ensaio de retomada das hostilidades com Cuba, a administração de Richard Nixon foi alvo de críticas pela atuação dos Estados Unidos na política internacional, notadamente pelo prosseguimento da Guerra do Vietnã.

As animosidades entre Cuba e Estados Unidos reduziram-se significativamente a partir da administração de Gerald Ford (1974-1977). Durante seu governo, foram iniciadas conversas sobre a possibilidade de melhorar as relações entre os dois países. Porém, as negociações não avançaram em virtude da participação, a partir de 1975, dos Estados Unidos e de Cuba em campos de batalha opostos da guerra civil

angolana. Embora tenha sido responsável por interromper uma possível conciliação, o caráter conflitante de suas políticas externas no continente africano não representou o retorno das tensões envolvendo um confronto militar entre Cuba e Estados Unidos.

Foi, no entanto, por ocasião da presidência de James E. Carter (1977-1981) – mais conhecido como Jimmy Carter – que as relações entre Cuba e Estados Unidos tornaram-se mais amistosas. Durante seu governo, tiveram lugar ações concretas de uma política conciliatória, que foi marcada pelo estabelecimento de uma Seção de Interesses dos Estados Unidos em Havana e, de forma recíproca, de uma Seção de Interesses de Cuba em Washington. Referindo-se a Jimmy Carter sem recorrer a uma linguagem agressiva e insultuosa, Fidel Castro destacou o que considerou como “gestos positivos” do presidente dos Estados Unidos, ressaltando, porém, que esses avanços seriam limitados pelo fato de os dois países possuírem princípios e sistemas sociopolíticos bastante distintos. Além disso, a exemplo do que tinha ocorrido durante o governo de Gerald Ford, diante da ausência de hostilidades militares entre os dois países, o líder cubano centrou suas críticas na permanência do bloqueio econômico, de que se valeu para criticar uma das principais bandeiras políticas de Jimmy Carter: a questão dos direitos humanos. Neste sentido, questionou: “¿Puede hablar de derechos humanos ningún gobierno que mantenga un bloqueo criminal, el intento de matar por hambre a millones de seres humanos?”⁶.

Depois de um período marcado por uma política bilateral relativamente amistosa, durante as presidências de Gerald Ford e Jimmy Carter, as relações entre Cuba e Estados Unidos voltaram a se tornar hostis durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), período no qual as políticas externas conflitantes – envolvendo países como El Salvador, Granada, Nicarágua, Angola, etc. – repercutiram no aumento das tensões entre Cuba e Estados Unidos. Ronald Reagan foi eleito tendo como plataforma política a intensificação do combate ao comunismo e antes mesmo que ocorresse a sua posse, Fidel Castro chamava a atenção para as novas ameaças que se insinuavam acerca de uma agressão imperialista contra Cuba, já vislumbrando o clima de confrontação que se seguiria depois que o novo presidente assumisse o governo. Tão logo chegou ao poder, Ronald Reagan, pôs em prática uma política externa “abiertamente guerrerista y fascista”, que fez com que retornasse “de nuevo a un primer plano el tema de la agresión militar” contra Cuba. De acordo com Fidel Castro, essa política seria decorrente da ideia de que Cuba

a miles de millas del campo socialista, no podría recibir ayuda militar alguna, y que el compromiso de octubre de 1962 entre Estados Unidos y la URSS, a raíz de la retirada de los proyectiles nucleares de nuestro territorio, ha caducado al cabo de 20 años.⁷

Diferentemente do que tinha acontecido no passado, Cuba não pôde contar com o apoio de sua principal aliada para fazer frente à política belicista da administração de Ronald Reagan, pois, conforme Raul Castro – então vice-presidente e Ministro das Forças Armadas de Cuba – afirmaria anos mais tarde, a União Soviética havia declarado não ter condições de deslocar suas tropas militares até o território cubano para lutar ao lado do país caribenho em caso de uma guerra contra os Estados Unidos e nem sequer cobrar deste país o compromisso, assumido em outubro de 1962, de não invadir Cuba.⁸

Diante dessas circunstâncias, não foi apenas a linguagem utilizada por Fidel Castro em seus discursos que sofreu transformações. Como, desde a crise dos mísseis, esta foi a ocasião em que a possibilidade de um ataque dos Estados Unidos pareceu ser menos retórica, houve mudanças também em relação às estratégias de defesa nacional, uma vez que o governo cubano passou a considerar a possibilidade de um enfrentamento contra o inimigo sem poder recorrer ao apoio da União Soviética. Para fortalecer a defesa militar do país, o governo revolucionário adotou a estratégia da “guerra de todo el pueblo”. Tratava-se de uma concepção de defesa que poderia ser sintetizada na frase: “todo el pueblo en todas partes, para todo tipo de guerra”⁹. Com base nessa concepção de defesa, o governo cubano criou – ainda antes da posse de Ronald Reagan – as Milícias de Tropas Territoriais, passando a aumentar gradativamente o recrutamento e a intensificar os treinamentos e exercícios estratégicos tanto das milícias quanto das tropas regulares. Enaltecendo recorrentemente o poderio bélico do país e o potencial de engajamento do povo cubano, Fidel Castro valeu-se dos vantajosos usos do perigo de guerra para fomentar a unidade nacional, bem como o expressivo processo de militarização do país.

Diante de um cenário político mundial marcado pelo fim do bloco de países socialistas e pela desintegração da União Soviética, as relações entre Estados Unidos e Cuba mantiveram-se bastante tensas durante o governo de George H. W. Bush (1989-1993). Sob a sua administração, a política externa dos Estados Unidos não conheceu mudanças substanciais em relação à praticada por seu antecessor, Ronald Reagan, de cujo governo George H. W. Bush tinha participado como vice-presidente.

Todavia, a situação política internacional era mais vantajosa aos Estados Unidos, uma vez que, com o fim do bloco socialista, a condução da política externa da grande potência capitalista já não mais estava pautada pela rivalidade estratégico-militar com a União Soviética, configurando o fim da Guerra Fria e a emergência de uma Nova Ordem Mundial.

Em relação a Cuba, acreditava-se que, com a expressiva diminuição dos subsídios soviéticos e a grave crise econômica que o país estava atravessando, o fim da Revolução era iminente. Tanto é assim que, embora tivessem novamente ganhado força os rumores em torno de uma invasão militar ao país caribenho, as principais medidas dos Estados Unidos destinaram-se a atingir a economia cubana. Um exemplo disso foi a pressão exercida pelos Estados Unidos, em 1990, sobre países da Comunidade Econômica Europeia, notadamente França e Alemanha, para que não fosse concedida nenhuma ajuda econômica à União Soviética enquanto este país não cessasse definitivamente a sua colaboração econômica e militar com Cuba¹⁰. Outra importante medida adotada durante o governo de George H. W. Bush com o intuito de promover uma mudança no regime político e o fim do comunismo no país caribenho diz respeito à ampliação do bloqueio econômico, em 1992, por meio da Lei da Democracia Cubana, também conhecida como Lei Torricelli, que, entre outros aspectos, proibia às subsidiárias de empresas estadunidenses no exterior de realizar transações comerciais com Cuba.¹¹

Para enfrentar a crise econômica por que passava o país e da qual se vislumbrava uma perspectiva de agravamento, o governo revolucionário indicou, já em 1990, a necessidade de que os cubanos se preparassem para enfrentar o que foi denominado de “período especial en tiempo de paz”¹². Segundo Fidel Castro, em face do novo cenário da política mundial, Cuba poderia enfrentar dois tipos distintos de “período especial”. Um deles seria um “período especial em tempo de guerra”, ou seja, uma situação em que Cuba seria submetida a um bloqueio total, naval e aéreo, resultante de uma invasão e ocupação militar do país. A outra situação consistia na necessidade de Cuba enfrentar um “período especial em tempo de paz”, que ocorreria se o país não mais pudesse “recibir los suministros... de la URSS; entre otros, los suministros energéticos, que son tan importantes, en un país donde ya el nivel de vida y desarrollo se basa en un consumo de 12 millones de toneladas de petróleo”¹³. Com a dissolução oficial da União Soviética, em 31 de dezembro de 1991, essa hipótese

logo se converteu em realidade e Cuba passou a enfrentar uma séria crise de abastecimento.

As relações entre Cuba e Estados Unidos durante o governo de William J. Clinton (1993-2001) – mais conhecido como Bill Clinton – foram pautadas, em grande medida, pelas características do “período especial”. Depois de passadas as incertezas iniciais das fases imediatamente posteriores à queda do muro de Berlim e à dissolução da União Soviética, o governo revolucionário já não cogitava com a mesma ênfase de antes a possibilidade de Cuba enfrentar um “período especial em tempo de guerra”. Contudo, confirmaram-se as perspectivas acerca do agravamento da crise econômica e o país deparou-se com os sérios problemas do “período especial em tempo de paz”.

Foi justamente no aspecto econômico que os Estados Unidos apoiaram-se para orientar sua política externa em relação ao país caribenho, acreditando que o agravamento da crise tornaria insustentável a situação do regime cubano. Neste sentido, o final do primeiro mandato de Bill Clinton (1993-1997), caracterizou-se pelo recrudescimento do bloqueio econômico, que ocorreu em um contexto marcado pela intensificação do *lobby* exercido por setores da comunidade cubano-americana, bem como pelo aumento do poder dos integrantes do Partido Republicano, cuja bancada passou a ser majoritária no Congresso após as eleições legislativas de 1994. Esse recrudescimento do bloqueio econômico foi instrumentalizado, em 1996, pela Lei da Solidariedade Democrática e Liberdade Cubana, também conhecida como Lei Helms-Burton, que, além de disposições relativas à promoção de uma transição democrática em Cuba, estabelecia sanções jurídicas e comerciais que atingiam os países que mantivessem relações econômicas com a ilha caribenha. Tratou-se de uma lei fortemente criticada, notadamente nos países europeus que mantinham negócios com Cuba, por violar as normas do direito internacional em virtude da extraterritorialidade de sua aplicação.¹⁴

Apesar dessa ampliação do bloqueio econômico, as relações estabelecidas entre os governos de Cuba e dos Estados Unidos foram relativamente amistosas durante o segundo mandato (1997-2001) de Bill Clinton. Neste sentido, a apreciação valorativa acerca do presidente dos Estados Unidos no discurso oficial da Revolução é bastante reveladora, pois, segundo Fidel Castro, a aprovação dessa lei foi uma manifestação de “oportunismo político” e “falta de ética” por parte de um candidato que estava concorrendo ao segundo mandato. Porém, apesar de destacar esse

oportunismo político, o líder cubano considerou que, em decorrência do *lobby* feito pela Fundação Cubano-Americana e da maioria republicana no Congresso, “Clinton no habría podido posiblemente vetar esa ley”¹⁵.

Fidel Castro considerava ser um dever, inerente ao cargo por ele ocupado à frente da Revolução, informar-se criteriosamente acerca dos presidentes dos Estados Unidos e que, em virtude disso, tinha aprendido a conhecê-los no decorrer da experiência revolucionária. Do seu ponto de vista, três presidentes dos Estados Unidos destoavam das práticas tradicionalmente associadas aos dirigentes desse país:

Nosotros hemos conocido las personalidades de algunos dirigentes de ese país. Históricamente conocimos a un Roosevelt, no hay duda de que fue un estadista brillante, defendió los intereses de su sociedad capitalista y defendió los intereses del imperio... Uno no se imagina a Franklin Delano Roosevelt preparando planes terroristas, atentados y cosas de esa naturaleza. Hubo otro presidente, que fue Jimmy Carter, (...) que se veía poseedor de una ética, defensor del sistema capitalista, del imperialismo y todo eso; pero uno percibía en él a un hombre incapaz de ordenar un asesinato, un atentado, actos terroristas y cosas similares. De la misma forma, asumo la responsabilidad y no creo que la historia me desmienta, creo conocer desde lejos la psicología del actual Presidente... y no lo considero de la categoría inescrupulosa de político que ordene hacer cosas de este tipo (...)

No tengo que exhortarlo, para que no digan después: "Castro exhorta al Presidente de Estados Unidos", digo simplemente que percibo un hombre que tiene preocupaciones por muchos problemas de su país, sentido de responsabilidad, preocupaciones acerca del futuro, habla incluso de un legado histórico personal; no es que esté de acuerdo, porque pienso que nadie tenga derecho a pensar en legados históricos personales.¹⁶

Em um contexto no qual Bill Clinton, em sentido contrário ao que havia ocorrido no final de seu primeiro mandato, passou a adotar medidas que flexibilizavam o bloqueio e favoreciam a recuperação econômica de Cuba, é compreensível que o governo cubano, tentando fazer o país sair da fase mais crítica do “período especial”, demonstrasse interesse em contar com a simpatia do presidente dos Estados Unidos e, com isso, manter a aproximação amistosa que se observava nas relações entre os dois países.

No governo de George W. Bush (2001-2009), entretanto, as relações entre Cuba e Estados Unidos não foram nada amistosas e tampouco o presidente estadunidense recebeu a mesma apreciação valorativa que seu antecessor. Um dos aspectos que contribuíram para o acirramento do antagonismo foi a intensificação das ações destinadas a promover a mudança do regime político em Cuba por meio de

uma transição à democracia. Para isso, ampliaram-se as medidas de apoio aos opositores do governo cubano, que se consubstanciaram no lançamento, em 20 de maio de 2002, da “Iniciativa para uma nova Cuba” e que tiveram continuidade, em 10 de outubro de 2003, com a criação da “Comissão de Assistência para uma Cuba Livre”¹⁷. A escolha das duas datas em questão não foi casual, pois, apesar das conotações distintas que possuíam no discurso oficial do governo revolucionário, elas tinham sua simbologia associada a períodos de transição e transformações na história política de Cuba, correspondendo, respectivamente, à instauração do regime republicano no país (20/05/1902) e ao início da guerra de independência (10/10/1868). Para empreender uma nova mudança na história política de Cuba e favorecer a transição à democracia, o governo dos Estados Unidos buscava viabilizar aos opositoristas cubanos canais de expressão para suas críticas ao regime, bem como apoiar organizações da sociedade civil e ativistas na área de direitos humanos.

Contudo, o antagonismo entre os dois países durante a administração de George W. Bush não se restringiu apenas às medidas de auxílio aos opositores cubanos. Baseou-se também no que se convencionou chamar de “Doutrina Bush”, ou seja, nas diretrizes da política externa dos Estados Unidos para a área de Segurança Nacional no pós-11 de setembro. Por meio da “Doutrina Bush”, os Estados Unidos construíram e declararam guerra ao novo inimigo: o terrorismo internacional. Valendo-se de uma perspectiva maniqueísta – não estranha ao tratamento que é dado às disputas ideológicas por muitos líderes e regimes políticos –, o presidente dos Estados Unidos identificou um “eixo do mal”, composto por países acusados de promover o terrorismo internacional, tais como: Iraque, Irã, Coreia do Norte, Síria e Cuba. O que distinguia a condução da política externa dos Estados Unidos sob o governo de George W. Bush não era a percepção de que se travava uma luta do bem contra o mal – uma vez que esta era uma abordagem recorrente no período da Guerra Fria –, mas a substituição da figura do inimigo externo. O “império do mal”, como a União Soviética era vista pelos Estados Unidos, dava lugar ao “eixo do mal”¹⁸, ou seja, a alguns países que conferiam materialidade à abstração da guerra ao “terror”. Essa mutação da natureza do inimigo e da ameaça por ele representada fica evidenciada no documento que expressa a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”:

As visões militantes de classe, nação e raça, que prometeram a utopia e entregaram a miséria, foram derrotadas e desacreditadas. A América é agora ameaçada menos por Estados conquistadores do que por Estados falidos. Somos ameaçados menos por frotas e por exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos ressentidos. Devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, nossos aliados e amigos.¹⁹

A inclusão de Cuba entre os “Estados falidos” que integravam o “eixo do mal” e a ideia, presente na “Doutrina Bush”, de que no combate ao terrorismo os Estados Unidos poderiam empregar a estratégia da “guerra preventiva” fizeram com que ressurgissem, principalmente após a guerra deflagrada em 2003 contra o Iraque, os rumores de que os Estados Unidos poderiam também invadir Cuba. Indo além da tensão militar, o clima de confrontação entre os governos de Cuba e dos Estados Unidos foi pautado por acusações mútuas em torno de alguns dos principais temas da agenda política internacional, tais como: terrorismo, violação dos direitos humanos, migrações, refugiados, tráfico de drogas e de pessoas, turismo sexual e prostituição infantil.

O acirramento das hostilidades entre os dois países foi acompanhado pela intensificação das críticas aos Estados Unidos e à figura de seu presidente nos discursos do governo revolucionário. As críticas à política externa dos Estados Unidos em relação a Cuba dirigiram-se não apenas à ameaça de ataque militar e à ampliação do bloqueio econômico, mas principalmente às medidas do plano de transição. Estas últimas consubstanciaram, segundo Fidel Castro, uma “guerra electrónica” contra Cuba em virtude do uso de uma “nave aérea” dos Estados Unidos que ampliava os sinais de transmissão de “radio y televisión anticubanas”, as quais se esmeravam “en transmitir una imagen de crisis y caos en Cuba”²⁰. O líder cubano denunciava ainda o fato de a Seção de Interesses dos Estados Unidos, em Havana, difundir letreiros e cartazes considerados ofensivos ao país caribenho. Além da política externa dos Estados Unidos, tida como “nazifascista”²¹, também foi alvo de duras críticas a figura de seu presidente.

Em um contexto de progressivo aumento das hostilidades entre os dois países, a cerimônia comemorativa do 26 de julho, no ano de 2004, constituiu-se em um ato inteiramente dedicado a George W. Bush. Nessa comemoração, Fidel Castro, em consonância com o que declarara no passado sobre o seu dever de informar-se criteriosamente a respeito dos dirigentes do país inimigo, traçou o perfil do então presidente dos Estados Unidos. Para isso, valeu-se de citações de obras publicadas

a respeito de George W. Bush ou que a ele fazem referências – “Bush en el Diván” (Justin A. Frank); “Blancos estúpidos” (Michael Moore); “Contra todos los enemigos” (Richard Clarke); “Bush en Guerra” (Bob Woodward) – e a partir delas compôs a imagem de um presidente alcoólatra, fundamentalista religioso e analfabeto funcional, características que, segundo Fidel Castro, ajudariam a explicar “la extraña conducta y belicosidad del Presidente de los Estados Unidos”. Depois de traçar o perfil psicológico de George W. Bush e de rebater críticas por ele feitas ao governo cubano, Fidel Castro dirigiu-lhe uma advertência: “¡Ojalá que, en el caso de Cuba, Dios no quiera ‘dar instrucciones’ al señor Bush de atacar a nuestro país, y lo induzca más bien a evitar ese colosal error!”. E ao final do discurso despediu-se com um “Salve, César”²², saudação irônica por meio da qual buscava enfatizar o caráter imperial da administração do presidente dos Estados Unidos.

Por sua política conflitiva em relação ao regime revolucionário, George W. Bush constitui-se em um dos presidentes dos Estados Unidos que personificaram a figura do inimigo da nação cubana e que passaram a integrar uma espécie de panteão às avessas ou panteão contrarrevolucionário: o “rincón de los cretinos” (Figura 1).



Figura 1: “Rincón de los cretinos”. Artista desconhecido, [s.d.]
Museu da Revolução, Havana, Cuba.
Foto: Giliard Prado, janeiro de 2011.

Neste “rincão dos cretinos” constam as caricaturas, da esquerda para a direita, do ex-presidente de Cuba, Fulgencio Batista (1940-1944; 1952-1959), retratado com

o seu habitual traje militar; e dos ex-presidentes dos Estados Unidos: Ronald Reagan (1981-1989), cuja vestimenta se assemelha a dos cowboys do faroeste, em uma possível sátira à sua carreira de ator, quando atuou na série “*Ticket to Far West*”; George H. W. Bush (1989-1993), vestido como imperador romano, em uma explícita alusão às críticas ao império estadunidense; e George W. Bush (2001-2009), cuja representação explora o caráter nazista de sua política, simbolizada pela suástica no chapéu, e o suposto analfabetismo funcional do presidente, que é retratado com orelhas de burro e tentando ler o “Informe de la Comisión de Ayuda a una Cuba Libre”, com o documento posicionado de cabeça para baixo (Figura 2).



Figura 2: Representação de George W. Bush no *Rincón de los cretinos*.
Museu da Revolução, Havana, Cuba.
Foto: Giliard Prado, janeiro de 2011.

São também bastante significativas as legendas que acompanham cada uma das caricaturas:

Fulgencio Batista – Gracias cretino por ayudarnos A HACER LA REVOLUCIÓN; Ronald Reagan – Gracias cretino por ayudarnos A FORTALECER LA REVOLUCIÓN; George Bush Sr. – Gracias cretino por ayudarnos A CONSOLIDAR LA REVOLUCIÓN; W. Bush – Gracias cretino por ayudarnos A HACER IRREVOCABLE EL SOCIALISMO.²³

Elas indicam um aspecto que pode ser constatado no discurso oficial da Revolução: a importância da figura do inimigo para legitimar o regime cubano. Não sem motivos, fazem parte do “rincón dos cretinos”: o ex-presidente cubano, contra o qual se insurgiram os revolucionários e que era identificado como um político

subserviente aos interesses do império; e três dos ex-presidentes dos Estados Unidos com os quais o governo cubano manteve relações mais antagônicas, aspecto agravado pelo fato de as hostilidades terem ocorrido em uma fase em que já não mais era possível contar com o importante apoio militar da União Soviética.

Outra característica comum aos três ex-presidentes em questão diz respeito ao fato de terem pertencido ao Partido Republicano, que se constituiu no alvo principal das críticas do governo cubano por possuir uma orientação política mais conservadora ou de direita comparativamente ao Partido Democrata. Desde o tempo da administração de Richard Nixon, Fidel Castro considerava que o Partido Republicano era o que tinha “la peor posición, la más criminal, la más reaccionaria, la más guerrerista”²⁴. As críticas aos políticos republicanos não se restringiam apenas aos presidentes, sendo extensivas também aos membros do poder legislativo, que tradicionalmente adotavam posições mais rígidas no que diz respeito às medidas da política externa dos Estados Unidos em relação a Cuba. Não é por acaso, portanto, que os três presidentes que integram o “rincão dos cretinos” tenham sido republicanos, ou, igualmente, que os três presidentes elogiados por Fidel Castro – Franklin D. Roosevelt, Jimmy Carter e Bill Clinton –, pelo fato de destoarem das práticas nefastas comumente associadas aos presidentes dos Estados Unidos, tenham sido democratas. Contudo, as relações mais hostis com presidentes republicanos e mais amistosas com democratas não constituem uma regra, mas tão somente uma tendência. São exemplos disso: as relações relativamente amistosas mantidas com o republicano Gerald Ford ou ainda as hostilidades com os democratas John Kennedy e Lyndon Johnson.

Essa tendência a manter relações mais amistosas com os políticos democratas manifestou-se também com o presidente Barack Obama, que foi eleito em 2009 e reeleito em 2013, tendo mandato previsto até janeiro de 2017. Desde a campanha eleitoral de 2008, Fidel Castro apontou Barack Obama como o melhor candidato e reverberou a opinião de que se tratava do melhor “orador político de Estados Unidos en las últimas décadas”²⁵. Em seu governo, Barack Obama adotou algumas medidas que flexibilizaram o bloqueio econômico, no sentido da ampliação da quantidade de viagens a que os cubanos residentes nos Estados Unidos estavam autorizados a fazer para Cuba, bem como dos valores permitidos para as remessas de dinheiro a seus parentes na ilha caribenha. Mais recentemente, tem defendido a suspensão do

embargo econômico, ideia inviabilizada, ao menos temporariamente, pelo fato de não contar com a aprovação da maioria dos integrantes do Congresso dos Estados Unidos.

Para Cuba, a manutenção do bloqueio decretado pelos Estados Unidos tem um caráter ambivalente: prejudica a economia do país, mas, do ponto de vista político, favorece a manutenção do governo revolucionário no poder. Os usos do antagonismo com o poderoso inimigo da nação cubana são parte constitutiva das estratégias de legitimação e, conseqüentemente, do estabelecimento de uma memória e de uma identidade para a experiência revolucionária. Tanto é assim que na entrada do Museu da Revolução, em Havana, há uma placa com o significativo slogan “donde está toda la Historia” – da Revolução e da pátria cubana – e no interior desse importante “lugar de memória” há o “rincón de los cretinos”, um espaço dedicado a três ex-presidentes dos Estados Unidos que personificaram a imagem de inimigos da Revolução. Indo além do caráter sarcástico presente nas representações caricaturais, pode-se afirmar que, quando se leva em conta a importância da figura do inimigo nas estratégias de legitimação do regime cubano, havia mesmo razões para os agradecimentos contidos nas legendas que acompanham as caricaturas e para a inserção desses antagonistas no espaço dedicado a contar a história da Revolução.

¹ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la concentración campesina, efectuada el 26 de julio de 1959 [Plaza Cívica en La Habana]. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f260759e.html> Acesso em: 16 abr. 2009.

² BANDEIRA, Luiz A. M. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 589.

³ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, resumiendo los actos del Día Internacional del Trabajo. Plaza Cívica, 1º de mayo de 1961. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f010561e.html> Acesso em: 22 abr. 2009.

⁴ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Secretario General del PURS y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en conmemoración al Día Internacional de los Trabajadores, celebrada en la Plaza de la Revolución “José Martí”, el 1º de mayo de 1964. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1964/esp/f010564e.html> Acesso em: 24 abr. 2009.

⁵ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Secretario General del PURS y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la conmemoración del primero de mayo, Día Internacional del Trabajo, en la Plaza de la Revolución, el 1º de mayo de 1966. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f010566e.html> Acesso em: 15 maio 2009.

⁶ CASTRO, Fidel. Conclusiones de Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el segundo periodo ordinario de sesiones de la Asamblea Nacional del Poder Popular, en el Teatro “Karl Marx”, el 24 de diciembre de 1977, “Año de la Institucionalización”. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1977/esp/f241277e.html> Acesso em: 4 set. 2009.

⁷ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los consejos de Estado y de Ministros, en el acto central por el XXX Aniversario del Ataque al Cuartel Moncada, celebrado en Santiago de Cuba, el 26 de julio de 1983, "Año del XXX Aniversario del Moncada". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1983/esp/f260783e.html> Acesso em: 7 set. 2009.

⁸ BANDEIRA, Luiz A. M. Op. Cit., p. 603-604. O autor cita uma entrevista de Raúl Castro para o periódico *El Sol*, do México, em 05 de maio de 1993.

⁹ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los consejos de Estado y de Ministros, al hacer las conclusiones del VII periodo ordinario de sesiones de la Asamblea Nacional del Poder Popular, el 28 de diciembre de 1984, "Año del XXV Aniversario del Triunfo de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1984/esp/f281284e.html> Acesso em: 22 set. 2009.

¹⁰ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el acto conmemorativo por el XXXVII Aniversario del Asalto al Cuartel Moncada, celebrado en la Plaza de la Revolución, ciudad de La Habana, el 26 de julio de 1990, "Año 32 de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1990/esp/f260790e.html> Acesso em: 22 set. 2009.

¹¹ A íntegra da Lei da Democracia Cubana (Lei Torricelli) está disponível em: http://www.state.gov/www/regions/wha/cuba/democ_act_1992.html Acesso em: 16 abr. 2013.

¹² CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba y de los consejos de Estado y de Ministros, en la clausura del V Congreso de la Federación de Mujeres Cubanas, efectuada en el Palacio de las Convenciones, el 7 de marzo de 1990, "Año 32 de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1990/esp/f070390e.html> Acesso em: 22 set. 2009.

¹³ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba y de los consejos de Estado y de Ministros, en la clausura del V Congreso de la Federación de Mujeres Cubanas, efectuada en el Palacio de las Convenciones, el 7 de marzo de 1990, "Año 32 de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1990/esp/f070390e.html> Acesso em: 22 set. 2009.

¹⁴ HOFFMANN, Bert. ¿Helms-Burton a perpetuidad? Repercusiones y perspectivas para Cuba, Estados Unidos y Europa. Nueva Sociedad, n. 151, sep./oct. 1997, p. 57-72. Disponível em: http://nuso.org/upload/articulos/2624_1.pdf Acesso em: 8 abr. 2011.

¹⁵ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la Republica de Cuba, en el acto central por el XLIII Aniversario de los Asaltos a los cuarteles Moncada y "Carlos Manuel de Céspedes", efectuado en la Plaza "Calixto García Iñiguez", Holguín, el 26 de julio de 1996. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1996/esp/f260796e.html> Acesso em: 23 set. 2009.

¹⁶ Idem.

¹⁷ AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 101-104.

¹⁸ BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a Ordem Mundial e para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, p. 72-91, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100003&script=sci_arttext Acesso em: 8 jan. 2013.

¹⁹ NATIONAL SECURITY COUNCIL. The National Security Strategy of the United States of America. Washington D.C., 17 Sept. 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html> *apud* AYERBE, Luís F., Op. Cit., p. 102.

²⁰ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el acto central por el Aniversario 52 del Asalto a los cuarteles Moncada y Carlos Manuel de Céspedes, en el Teatro "Carlos Marx", el 26 de julio de 2005. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f260705e.html> Acesso em: 28 set. 2009.

²¹ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Presidente de la República de Cuba, Fidel Castro Ruz, en el acto por el Día Internacional de los Trabajadores, efectuado en la Plaza de la Revolución, el 1º de mayo de 2003. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2003/esp/f010503e.html> Acesso em: 25 set. 2009.

²² CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el acto por el 51 Aniversario del Asalto a los cuarteles Moncada y "Carlos Manuel de Céspedes", efectuado en la Universidad Central de Las Villas, el 26 de julio de 2004. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/esp/f260704e.html> Acesso em: 25 set. 2009.

²³ O caráter irrevogável do socialismo foi aprovado na reforma da Constituição cubana, ocorrida em 2002.

²⁴ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la concentración con motivo del XIX Aniversario del Asalto al Cuartel Moncada, efectuada en la Plaza de la Revolución, el 26 de julio de 1972. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1972/esp/f260772e.html> Acesso em: 2 set. 2009.

²⁵ CASTRO, Fidel. Reflexiones del compañero Fidel: las elecciones del 4 de noviembre. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/reflexiones/2008/esp/f031108e.html> Acesso em: 29 set. 2009.